

# 2021

# Plano de Atividades e Orçamento







# 1. Introdução



A Ilhas de Valor S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pela Resolução n.º 177/2005, de 24 de novembro, tendo sido efetuada a escritura pública em 29 de dezembro de 2005 e o seu correspondente registo comercial na Conservatória de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, onde está sediada a empresa.

O **capital social** é de 9 milhões de euros, distribuída pelos seguintes acionistas:

- **A Região Autónoma dos Açores: 50,56% - 4.550.000,00 euros**
- **O Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico: 49,44% - 4.450.000,00 euros**

Os **órgãos sociais** têm a seguinte constituição:

## 1. Mesa da Assembleia-Geral

**Presidente:** José de Sousa Rego – com renúncia a partir de 24 de novembro de 2020

**Vice-Presidente:** Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

**Secretária:** Vera Cristina Pereira Sousa

## 2. Membros do Conselho de Administração

**Presidente:** Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

**Vogal Executivo:** Alberto da Silva Costa

**Vogal Executivo:** Diana Rosa Ávila Valadão

## 3. Fiscal Único e respetivo suplente

**Fiscal Único** - Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

**Fiscal Suplente** – Leopoldo Alves & Associados, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

A sociedade tem por **objeto social**:



1 - O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital de um Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;

b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;

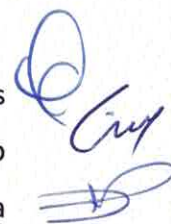
c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;

d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.



5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.



## 2. Preâmbulo

O ano de 2020, colocou ao mundo em geral e aos Açores em particular desafios que ninguém previa, através da pandemia COVID-19.

Um dos sectores de atividade mais afetados pela pandemia foi o sector do turismo onde a empresa tem a sua principal fonte de receitas. Analisando os dados recentemente publicados pelo INE, podemos concluir que em 2020 os Açores tiveram uma quebra superior a 71% do número de dormidas comparativamente aos últimos 9 meses de 2019.

Essa situação veio reforçar o papel crucial que a Ilhas de Valor SA desempenha nas ilhas da Coesão uma vez que só assim é possível manter os investimentos atuais em ilhas que de outra maneira não teriam capacidade de investimento privado em áreas tão importantes como o turismo.

Face a essa situação o presente Plano de Atividades é efetuado com uma grande imprevisibilidade uma vez que tudo irá depender do efeito da Pandemia no Açores, em Portugal e no mundo.

Aos atuais dados permitem perceber que já existem indicações da disponibilidade de vacinas no início do ano sendo que atualmente ainda não temos conhecimento do plano de vacinação em Portugal e Açores respetivamente.

A pandemia registada veio reforçar o papel crucial que a Ilhas de Valor SA desempenha nos Açores e em muito particular nas ilhas da Coesão uma vez que só assim é possível manter os investimentos atuais em ilhas que de outra maneira não teriam capacidade de investimento privado em áreas tão importantes como por exemplo o turismo.



Após esses investimentos estarem concluídos e a atividade em pleno funcionamento certamente irá surgir o interesse de privados em adquirir essas áreas de negócio, permitindo assim a Ilhas de Valor SA ceder a exploração destes negócios a privados, tal como aconteceu durante este ano de 2020 com a venda da participação da Ilhas de Valor Sa no capital das Pousadas de Juventude a um investidor privado e o que se pretende efetuar com outras atividades em carteira, nomeadamente, os Campos de Golfe.

Face ao acima exposto o presente Plano de Atividades foi elaborado com uma previsão de que os valores no primeiro semestre serão muito semelhantes ao registado em 2020, prevendo-se uma melhoria gradual durante o 2º semestre de 2021.

### 3. Plano de Atividades para 2021

No âmbito da ação da Ilhas de Valor S.A., com o pressuposto e condição geográfica dos Açores que impõe políticas conducentes ao desenvolvimento e orientadas no sentido do crescimento equilibrado, tem sido aposta na promoção da coesão territorial, com especial atenção nas denominadas ilhas da coesão, Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo. Outro dos objetivos tem sido o de potenciar a criação de parcerias com o setor privado, em atividades consideradas essenciais para as economias locais.

A orientação para 2021 da empresa Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, será a de dar cumprimento às metas traçadas nos principais domínios da atividade, nomeadamente os relacionados com a promoção da Incubadora de Empresas de Santa Maria, manutenção dos Hotéis da Graciosa e Flores, dinamizar o Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, bem como o desenvolvimento e consolidação da atividade do golfe nos Açores, propondo-se concluir algumas das atividades que estão em curso e proceder ao arranque de novos projetos.

Concomitantemente manter-se-á o apoio empresarial através de linhas de crédito, com condições mais vantajosas para as empresas regionais.



### 3.1. Santa Maria



#### **Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores**

No âmbito do Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores na ilha de Santa Maria, serão desenvolvidas diversas ações de colaboração e parceria com os Serviços de Habitação local relativamente àquele parque habitacional do aeroporto incluído no património transferido.

Também serão desenvolvidas ações que compreendem igualmente a manutenção e dinamização dos diversos espaços públicos e edifícios comerciais, tendo em vista o aproveitamento para efeitos de turismo, comércio, indústria e/ou serviços e sua rentabilização.

Propõe-se manter os trabalhos de limpeza e melhoramento no Lugar do Aeroporto, procedendo a intervenções nos espaços públicos, assim como limpeza, corte e aplicação de herbicidas nas zonas verdes envolventes.

#### **Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria**

Concluída que está a criação da Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, tendo a sua inauguração ocorrida no passado mês de março, contamos já com a instalação de diversas empresas sendo que atualmente temos praticamente 100 % dos espaços ocupados.

Com a Incubadora de Empresas a funcionar, a aposta será num novo ciclo focado nas oportunidades que sempre se afirmam e determinados em acompanhar empreendedores e empresas na operacionalização das suas estratégias de inovação e de reforço da competitividade.

Face à atual situação pandémica para o ano de 2021 propõe-se realizar ações formativas essencialmente em modelo Webinar dirigidas aos Empreendedores da Incubadora, e sempre que possível com abertura à comunidade empresarial através das diferentes plataformas digitais existentes no mercado.

### **Iniciativas Promotoras do Empreendedorismo**

Associado ao investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, no ano de 2021 pretende-se realizar diversas iniciativas no âmbito do Empreendedorismo, desde que as condições sanitárias o permitam, à semelhança do realizado no ano de 2020, contudo, atendendo a que se suspendeu a atividade no primeiro semestre de 2020 devido ao Covid 19. No segundo semestre de 2020, a atividade de Pré-Incubação desenvolveu-se, em sistema de adaptação ao edifício, e aos promotores, observando-se que são necessárias, um conjunto de obras e aquisição de mais equipamentos, para o bom funcionamento desta infraestrutura, pelo que temos orçamentado para 2021 uma verba de 46.125 euros para o acima indicado.

Uma das iniciativas será a organização de ***“Bootcamps de Empreendedorismo”***, nomeadamente com Programas de Aceleração e Formação, recorrendo a parceiros com conhecimento e experiência nesta matéria e destinados a todos os empreendedores e empresários que pretendam desenvolver a sua ideia, projeto, negócio ou mesmo aprofundar e desenvolver temas fundamentais na atividade das empresas.

Em 2021 está também prevista a participação da Ilhas de Valor S.A. através da Incubadora de Empresas na realização de Eventos na área do Espaço, nomeadamente com a parceria da ESABIC ligado ao cluster espacial da ilha de Santa Maria.

Temos orçamentado para o ano de 2021 uma verba de 10.000 euros destinada a dar esses eventos e formação, ferramentas de conhecimento de apoio aos empreendedores, visando a promoção e fomento do empreendedorismo em geral, tornando as empresas promotoras de emprego e de criação de riqueza, com a criação de novos negócios e atividades.

Pretende-se com estas ações captar também investidores para a Incubadora de Empresas.

### **Edifício Comercial “A Cantina”**

Pelo Decreto-Lei n.º 66/2013, foram transferidos para a Região Autónoma dos Açores, terrenos, edifícios e infraestruturas, que estavam sobre a responsabilidade da empresa ANA SA. O Lugar do Aeroporto de Santa Maria, tem uma Zona Comercial, situada entre o Atlântida Cine e a Igreja do Aeroporto. Estas infraestruturas conhecidas como o



edifício "Cantina", datam da década de 40 do século XX. Do exposto propõe-se a realização de um estudo prévio/projeto, para a realização de obras de remodelação do edifício, que é composto por um estabelecimento de venda de bens a retalho, espaços com atividades diversas, a saber, veterinário, snack-bar e outros serviços. Temos previsto a atribuição de uma verba de 95.430 euros para o desenvolvimento do acima indicado.

### 3.2. Graciosa

#### **Hotel da Graciosa**

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração do Hotel com a Fundação INATEL.

Na ilha Graciosa será mantido o acompanhamento e apoio ao Hotel como uma infraestrutura importante na atividade turística, e que contribui fortemente para o seu desenvolvimento socioeconómico, que encontra nesta atividade um dos pilares de desenvolvimento que está apostada em prosseguir.

Em 2021 serão realizadas obras de reabilitação, e aquisição de equipamentos, que se tornam imprescindíveis no normal e bom funcionamento desta Unidade, nomeadamente a reparação da cobertura do edifício e caixilharia de forma a evitar as infiltrações existentes. Será necessário proceder à reparação da piscina com vista à prevenção de derrames. Está previsto também o investimento em diversos equipamentos necessários para a lavandaria, ar condicionado, entre outros.

Estes investimentos estão orçados em 260.000 euros com vista a melhorar a qualidade dos serviços prestados da unidade hoteleira da Graciosa, tendo em vista uma prestação de serviços com qualidade.

### 3.3. Flores

#### **Hotel das Flores**

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração do Hotel com a Fundação INATEL.

Na ilha das Flores será mantido o acompanhamento e apoio ao Hotel como uma infraestrutura importante na atividade turística, tendo-se verificado uma evolução muito positiva na ocupação em dormidas e consequentemente nos respetivos Resultados de Exploração.

No ano de 2021 proceder-se-á a obras de reabilitação e melhorias que se mostrem necessárias, nomeadamente com intervenção na Cobertura. A Ilhas de Valor SA tem orçamentado para este investimento uma verba de 135.000 euros.

#### **Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão**

Com a reabilitação e transformação da Fábrica da Baleia do Boqueirão na ilha das Flores em Museu, este tem vindo a ser um polo de atração turística e cultural, consistindo num espaço de desenvolvimento e promoção da ilha das Flores. Este empreendimento registou uma evolução positiva de visitantes nos últimos anos, tanto nacionais como estrangeiros. Com a recente pandemia de Covis 19 o número de visitantes tem vindo a reduzir no 2020 e estima-se uma quebra para 2021 comparativamente a anos anteriores.

Continuaremos a apostar na promoção do Museu como elemento enriquecedor da oferta turística local será uma das tarefas a prosseguir em 2021.

Está previsto o investimento de 7.500 euros no museu durante o ano de 2021, além dos encargos com funcionamento.

### 3.4. São Jorge

#### **Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo**

Em São Jorge prevê-se assegurar e melhorar a qualidade dos serviços prestados, na Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo com a execução de trabalhos de



reabilitação e melhoria, tendo em vista uma prestação de serviços diferenciada, contribuindo para a preservação e promoção daquela zona.

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de Cedência de Exploração entre a Região Autónoma dos Açores, a Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de cessão de exploração celebrado a vinte e nove do mês de julho do ano de 2011, atendendo a que o atual modelo de exploração se encontra desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional, conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019.

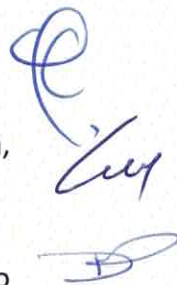
Atendendo que o imóvel já apresenta algumas anomalias, será necessário efetuar diversos investimentos de reabilitação e aquisição de equipamentos estando previsto um investimento de 51.875 euros.

### 3.5. Campos de Golfe de São Miguel

A empresa Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 assumiu a exploração dos campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, nos termos do contrato de cedência com a Verdegolf S.A..

No ano de 2019 concretizou-se por parte da Ilhas de Valor S.A. a aquisição dos dois campos de golfe de São Miguel.

Para 2021 prevemos acompanhar a mesma tendência dos nossos principais mercados emissores, ou seja, a nossa recuperação, tendo em conta a faixa etária do público que nos visita, especialmente originários de operadores turísticos, estará muito dependente do comportamento dos consumidores de viagens de golfe nesses mercados. De acordo com a OMS, num cenário sem grandes expectativas, a recuperação dos números de viagens para valores de 2019, prevemos que só irá acontecer somente em 2024 com a retoma da normalidade das rotas das companhias aéreas. A retoma até lá será gradual havendo uma clara orientação das pessoas a fazerem férias “cá dentro”, ou seja, dentro do seu País ou em países vizinhos que se desloquem de automóvel. Minimizando a utilização do avião.



É nossa expectativa que a faturação de voltas de golfe com o Turismo para 2021 seja em linha com o registado em 2020. Esta previsão assenta nos seguintes fatores:

1. Previsão de retoma do voo de Frankfurt em Abril, introdução de voo de Paris 3 vezes por semana na época alta, retoma do voo Reino Unido para além da operação da Swissair. Outras operações poderão ser confirmadas;
2. Previsão de retoma por parte da Associação de Turismo dos Açores do lugar do produto Golfe no Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores, isto significa uma série de ações promocionais nos principais mercados com ligações diretas, Alemanha, Reino Unido e França. Investimento ao nível das Relações Públicas para criar maior notoriedade do destino Açores, como um local agradável para a prática do golfe ao longo de todo ano, permitindo inclusive contribuir para atenuar a sazonalidade.
3. Alguma animação no mercado Português, com pedidos de grupos da Associação de Seniores de Golfe de Portugal, Golfe do Sporting e Golfe do Exército.

A Verdegolf Country Club e a sua nova direção têm ajudado nessa divulgação, tendo criado um grupo nas redes sociais para além da manutenção do encarte mensal Golfe para Todos no jornal Açoriano Oriental.

### 3.6. Campo de Golfe da Terceira

A Ilhas de Valor, S.A, mantém um Contrato de Cessão de Exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira desde 2016, única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual. Considera-se vantajoso agregar a promoção e gestão concertadas do golfe a nível regional, designadamente a possibilidade de incrementar a marca «Azores Golf Islands».

Durante a pandemia, constatamos uma procura acima do normal de novos atletas pela prática do golfe. Isto só reforça que a prática de golfe na ilha Terceira já esta bem enraizada e em constante crescimento.



A Ilhas de Valor, SA sempre tentou criar desde a primeira hora, parcerias de promoção do destino Açores como destino de turismo de golfe, tentando dar uma alternativa ao já tão procurado destino Algarve, criando a marca “Azores Golf Islands”.

No ano de 2021 já temos muitas reservas agendadas, pelo facto de se prever que os Açores sejam um destino seguro pelo Covid-19, assim somos dos produtos turísticos que continuam a ter procura mesmo em tempos de pandemia.

Com este contrato, as Ilhas de Valor SA também vieram salvaguardar 14 postos de trabalho diretos e elevou a qualidade do campo, que neste momento é considerado um dos melhores do país, exemplo disso são os agendamentos de inúmeras finais nacionais que temos recebido.

Mesmo atravessando uma época conturbada, temos já confirmados para 2021, duas finais nacionais (expresso BPI e Golf e Comunicação), bem como, já se encontra agendado o Open Ilha Terceira, prova de destaque no calendário nacional.

### 3.7. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas, sendo:

**A) Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores** – visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, prevendo-se que a empresa continue a gerir e a pagar as bonificações de operações iniciais e das abrangidas por esta resolução.

**B) Linha de Crédito Açores Investe II** – tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de

CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de Euros e depois em mais 5 milhões de Euros. Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, prevendo-se que a empresa continue a gerir e a pagar as bonificações de operações iniciais e das abrangidas por esta resolução.

**C) Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II** – visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, prevendo-se que a empresa continue a gerir e a pagar as bonificações de operações iniciais e das abrangidas por esta resolução.

**D) Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez** – visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento. Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, prevendo-se que a empresa continue a gerir e a pagar as bonificações operações iniciais e das abrangidas por esta resolução.



**E) Programa de Valorização do Emprego (PVE) - ) Programa de Valorização do Emprego (PVE)** - Medida excecional, em contexto de crise económica, tendo em vista o apoio à manutenção da atividade das empresas dos Açores, bem como dos seus postos de trabalho. Consistiu num empréstimo sem juros, concedido pela Ilhas de Valor, S.A com prazo de 6 anos, e com os montantes de financiamento por empresa até €25.000,00 (microempresas), €100.000,00 (pequenas empresas) e €300.000,00€ (médias empresas). As candidaturas estiveram abertas de 9 de março a 12 de abril de 2012.

A Resolução do Conselho do Governo n.º 67/2015, de 20 de abril de 2015, prevê o aumento do período de carência de capital até 1 de maio de 2016 ou até 1 de maio de 2017 consoante, respetivamente, as empresas beneficiárias do PVE façam prova da manutenção dos postos de trabalho até 31 de dezembro de 2013 ou até 31 março de 2016.

No âmbito das medidas extraordinárias criadas para fazer face ao forte impacto negativo nas empresas, causadas pela epidemia SARS-CoV-2, a Resolução de Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março de 2020 veio permitir um período complementar de até 6 anos para reembolso do empréstimo, sem juros, incluindo um ano de carência, para as empresas beneficiárias do PVE que façam prova da manutenção dos postos de trabalho até 31 de dezembro de 2013.

Durante 2021, prevê-se que a empresa continue a acompanhar a amortização dos montantes recebidos pelos beneficiários.

**F) Programa de Estabilização do Emprego (PEE)** - Medida excecional que preconizou o apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos), com uma dotação de 20 milhões de Euros. O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consistiu num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até €25.000,00 (microempresas) e €100.000,00 (pequenas e médias empresas). Esta linha encerrou a 21 de novembro de 2017.

Durante 2021 prevê-se a continuação da análise e gestão das candidaturas já contratadas.

**Os valores a afetar a todas estas Linhas em 2021 estimam-se em oitocentos mil euros.**

#### 4. Funcionamento e Financiamento da Atividade

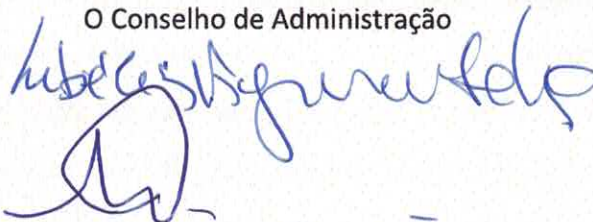
A Ilhas de Valor, S.A., atendendo a necessidades de adaptação à realidade conjuntural de medidas de restrições orçamentais, tem implementado ações de redução de custos em toda a sua atividade nos últimos anos, e as mesmas serão adaptadas e adequadas ao Orçamento de 2021.

Assim, do lado do investimento prevê-se o montante de 1.124.530 euros, visando prosseguir a atividade e objetivos definidos.

Também prosseguir uma política de promoção e fomento da coesão regional com particular acuidade no estímulo ao investimento nas designadas “Ilhas de Coesão”, valorizando e assegurando a execução e conclusão de diversos investimentos, dos quais se destaca a implementação da Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria e intervenções nas infraestruturas turísticas nas diversas ilhas.

No que respeita às Fontes de Financiamento é de referir que a Ilhas de Valor, S.A. contará com a celebração de um Contrato Programa com o Governo Regional para financiamento do Plano de Atividades e de Investimentos bem como os custos inerentes ao funcionamento e financiamento emergentes do mesmo, com um valor de 3,2 milhões de euros por conta da Coesão. Contará igualmente com um Contrato Programa no montante de 800 mil euros, de modo a fazer face aos encargos com as Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial contratualizadas nos últimos anos.

Vila do Porto, 18 de março de 2021

O Conselho de Administração  
  
Diana Valada



**PLANO ANUAL DE FINANCIAMENTO**

Unidade Monetária Euros

| DESIGNAÇÃO  | 2021                |
|---|---------------------|
| <b>Contrato Programa 2021</b>                           |                     |
| - Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial          | 800.000,00          |
| - Coesão Regional                                       | 3.200.000,00        |
| <b>Outros Fundos/Fundos Comunitários (PO2014-2020 )</b> | 260.144,00          |
| <b>TOTAL.....</b>                                       | <b>4.260.144,00</b> |

**PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO E EXPLORAÇÃO**

Unidade Monetária Euros

| DESIGNAÇÃO   | 2021                |
|--|---------------------|
| Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial   | 800.000,00          |
| Incubadora de Empresas do Centro Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Sta.Maria e reabilitação da Zona do Aeroporto                                       | 174.055,00          |
| Investimento nos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira  | 481 100,00          |
| Hotel da Graciosa, Hotel das Flores, Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo de São Jorge e Atividades de Promoção | 469.375,00          |
| Funcionamento e Exploração da Atividade Ilhas de Valor S.A.  | 2 335.614,00        |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>4.260.144,00</b> |

**BALANÇO**

Unidade Monetária Euros

| Conta<br>SNC | ATIVO  | Orçamento<br>2021    |
|--------------|--|----------------------|
|              | <b>Ativo não corrente</b>                            |                      |
| 43           | Ativos fixos tangíveis                               | 24 517 252,38        |
| 42           | Propriedades de investimento                         |                      |
| 44           | Ativos intangíveis                                   |                      |
| 41           | Participações financeiras                            | 540 683,98           |
| 415+45       | Outros ativos financeiros                            | 699,51               |
| 2741         | Ativos por impostos diferidos                        |                      |
|              | <b>Total do Ativo Não Corrente</b>                   | <b>25 058 635,87</b> |
|              | <b>Ativo Corrente</b>                                |                      |
| 31 a 39      | Inventários  | 66 383,96            |
| 21           | Clientes   | 129 981,09           |
| 24           | Estados e outros entes públicos                      | 335 450,25           |
| 27           | Outras contas a receber                              | 16 616 461,39        |
| 282          | Diferimentos   | 200,00               |
| 46           | Ativos financeiros + Ativos não Correntes para venda |                      |
| 11+12+13     | Caixa e depósitos bancários                          | 384 616,46           |
|              | <b>Total do Ativo Corrente</b>                       | <b>17 533 093,15</b> |
|              | <b>Total do Ativo</b>                                | <b>42 591 729,02</b> |



# BALANÇO

Unidade Monetária Euros

| Conta SNC    | CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO  | Orçamento 2021       |
|--------------|--|----------------------|
|              | <b>Capital próprio</b>   |                      |
| 51           | Capital realizado  | 9 000 000,00         |
| 55           | Reservas legais + Outra Reservas                                 | 775 000,00           |
| 56           | Resultados transitados   | 7 656 295,99         |
| 52/3/4/7/8/9 | Outras variações no capital próprio                              | 1 216 721,49         |
|              | <b>Resultado líquido do período</b>                              | <b>646 276,94</b>    |
|              | <b>Total do capital próprio</b>                                  | <b>19 294 294,42</b> |
|              | <b>Passivo</b>   |                      |
|              | <b>Passivo não corrente</b>                                      |                      |
| 29           | Provisões  |                      |
| 25           | Financiamentos obtidos   | 10 887 136,10        |
| 273          | Responsabilidades por benefícios pós-emprego                     |                      |
| 2742         | Passivos por impostos diferidos                                  |                      |
| 27+23+26     | Outras contas a pagar  | 6 650 000,00         |
|              | <b>Sub Total - Passivo não corrente</b>                          | <b>17 537 136,10</b> |
|              | <b>Passivo corrente</b>  |                      |
| 22           | Fornecedores   | 84 611,64            |
| 24           | Estado e outros entes públicos                                   | 228 337,29           |
| 25           | Financiamentos obtidos   |                      |
| 27+23+26     | Outras contas a pagar + Outros Passivos Correntes                | 5 447 349,57         |
|              | <b>Sub Total</b>   | <b>5 760 298,50</b>  |
| 281          | Diferimentos   |                      |
| 1422+1432    | Passivos financeiros + Passivos não correntes detidos para venda |                      |
|              | <b>Sub Total - Passivo Corrente</b>                              | <b>5 760 298,50</b>  |
|              | <b>Total do passivo</b>  | <b>23 297 434,60</b> |
|              | <b>Total do capital próprio e do passivo</b>                     | <b>42 591 729,02</b> |

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unidade Monetária Euros

| Conta SNC    | RENDIMENTOS E GASTOS  | Orçamento 2021      |
|--------------|---|---------------------|
| 71+72        | Vendas e serviços prestados   | 730 650,00          |
| 75           | Subsídios à exploração  | 3 200 000,00        |
| 785          | Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos |                     |
| 73           | Variação nos inventários da produção  |                     |
| 74           | Trabalhos para a própria entidade   |                     |
| 61           | Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                       | -122 235,00         |
| 62           | Fornecimentos e serviços externos   | -962 053,02         |
| 63           | Gastos com o pessoal  | -1 577 925,00       |
| 652-7622     | Imparidade de inventários (perdas/reversões)                                    |                     |
| 651-7621     | Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)                              |                     |
| 67-763       | Provisões (aumentos/reduções)   |                     |
| 653-7623 a 8 | Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)    |                     |
| 77-66        | Aumentos/reduções de justo valor  |                     |
| 78-785       | Outros rendimentos e ganhos   | 369 851,00          |
| 68           | Outros gastos e perdas  | -72 317,89          |
|              | <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>     | <b>1 565 970,09</b> |
| 64-761       | Gastos/reversões de depreciação e de amortização                                | -487 381,15         |
| 654... a 658 | Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)        |                     |
|              | <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>      | <b>1 078 588,94</b> |
| 79           | Juros e rendimentos similares obtidos   |                     |
| 69           | Juros e gastos similares suportados   | -220 524,00         |
|              | <b>Resultado antes de impostos</b>  | <b>858 064,94</b>   |
| 812          | Imposto sobre o rendimento do período   | -211 788,00         |
|              | <b>Resultado líquido do período</b>   | <b>646 276,94</b>   |



**ORÇAMENTO RECEITA**

Unidade Monetária Euros

| RUBRICA                   | DESIGNAÇÃO  | DESPESAS<br>PERIODOS<br>ANTERIORES | PERIODO             | SOMA                |
|---------------------------|---|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| <b>RECEITA CORRENTE</b>   |   |                                    |                     |                     |
| R1                        | Receita fiscal  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R1.1                      | Impostos diretos  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R1.2                      | Impostos indiretos  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R2                        | Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R3                        | Taxas, multas e outras penalidades                                    |                                    | 3 000,00            | 3 000,00            |
| R4                        | Rendimentos de propriedade  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5                        | Transferências e subsídios correntes                                  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1                      | Transferências correntes  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.1                    | Administrações Públicas   |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.1.1                  | Administração Central - Estado  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.1.2                  | Administração Central - Outras entidades                              |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.1.3                  | Segurança Social  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.1.4                  | Administração Regional  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.1.5                  | Administração Local   |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.2                    | Exterior - UE   |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.1.3                    | Outras  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R5.2                      | Subsídios correntes   |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R6                        | Venda de bens e serviços  |                                    | 730 650,00          | 730 650,00          |
| R7                        | Outras receitas correntes   |                                    | 0,00                | 0,00                |
|                           | Total Corrente  | 0,00                               | 733 650,00          | 733 650,00          |
| <b>RECEITA DE CAPITAL</b> |   |                                    |                     |                     |
| R8                        | Venda de bens de investimento   |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R9                        | Transferências e subsídios de Capital                                 |                                    | 4 260 144,00        | 4 260 144,00        |
| R9.1                      | Transferências de Capital   |                                    | 4 260 144,00        | 4 260 144,00        |
| R9.1.1                    | Administrações Públicas   |                                    | 4 000 000,00        | 4 000 000,00        |
| R9.1.1.1                  | Administração Central - Estado português                              |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R9.1.1.2                  | Administração Central - Outras entidades                              |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R9.1.1.3                  | Segurança Social  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R9.1.1.4                  | Administração Regional  |                                    | 4 000 000,00        | 4 000 000,00        |
| R9.1.1.5                  | Administração Local   |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R9.1.2                    | Exterior - UE   |                                    | 260 144,00          | 260 144,00          |
| R9.1.3                    | Outras  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R9.2                      | Subsídios de capital  | 0,00                               | 0,00                | 0,00                |
| R10                       | Outras receitas de capital  | 0,00                               | 262 186,00          | 262 186,00          |
| R11                       | Reposição não abatidas aos pagamentos                                 |                                    | 0,00                | 0,00                |
|                           | Total Capital   | 0,00                               | 4 522 330,00        | 4 522 330,00        |
|                           | <b>RECEITA EFETIVA [1]</b>  | <b>0,00</b>                        | <b>5 255 980,00</b> | <b>5 255 980,00</b> |
|                           | <b>RECEITA NÃO EFETIVA [2]</b>  | <b>0,00</b>                        | <b>1 170 000,00</b> | <b>1 170 000,00</b> |
| R12                       | Receita com ativos financeiros  |                                    | 0,00                | 0,00                |
| R13                       | Receita com passivos financeiros                                      |                                    | 1 170 000,00        | 1 170 000,00        |
| R14                       | Saldo da gerência anterior - operações orçamentais                    |                                    | 0,00                | 0,00                |
|                           | <b>RECEITA TOTAL [3]=[1]+[2]</b>                                      | <b>0,00</b>                        | <b>6 425 980,00</b> | <b>6 425 980,00</b> |

**ORÇAMENTO DESPESA**

Unidade Monetária Euros

| RUBRICA  | DESIGNAÇÃO                               | DESPESAS PERIODOS ANTERIORES | PERIODO             | SOMA                |
|----------|--|------------------------------|---------------------|---------------------|
|          | <b>DESPESA CORRENTE</b>                  |                              |                     |                     |
| D1       | Despesas com o pessoal                   |                              | 1 577 925,00        | 1 577 925,00        |
| D1.1     | Remunerações Certas e Permanentes        |                              | 1 215 635,00        | 1 215 635,00        |
| D1.2     | Abonos Variáveis ou Eventuais            |                              | 42 690,00           | 42 690,00           |
| D1.3     | Segurança social                         |                              | 319 600,00          | 319 600,00          |
| D2       | Aquisição de bens e serviços             |                              | 962 053,00          | 962 053,00          |
| D3       | Juros e outros encargos                  |                              | 220 524,00          | 220 524,00          |
| D4       | Transferências e subsídios correntes     |                              | 9 000,00            | 9 000,00            |
| D4.1     | Transferências correntes                 |                              | 9 000,00            | 9 000,00            |
| D4.1.1   | Administrações Públicas                  |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.1.1 | Administração Central - Estado Português |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.1.3 | Segurança Social                         |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.1.4 | Administração Regional                   |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.1.5 | Administração Local                      |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.2   | Instituições sem fins lucrativos         |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.3   | Famílias                                 |                              | 0,00                | 0,00                |
| D4.1.4   | Outras                                   |                              | 9 000,00            | 9 000,00            |
| D4.2     | Subsídios correntes                      |                              | 0,00                | 0,00                |
| D5       | Outras despesas correntes                |                              | 285 050,00          | 285 050,00          |
|          | Total Corrente                           | 0,00                         | 3 054 552,00        | 3 054 552,00        |
|          | <b>DESPESA DE CAPITAL</b>                |                              |                     |                     |
| D6       | Aquisição de bens de capital             |                              | 1 124 530,00        | 1 124 530,00        |
| D7       | Transferência e subsídios de capital     |                              | 127 000,00          | 127 000,00          |
| D7.1     | Transferências de capital                |                              | 127 000,00          | 127 000,00          |
| D7.1.1   | Administrações Públicas                  |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.1.1 | Administração Central - Estado Português |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.1.3 | Segurança Social                         |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.1.4 | Administração Regional                   |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.1.5 | Administração Local                      |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.2   | Instituições sem fins lucrativos         |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.3   | Famílias                                 |                              | 0,00                | 0,00                |
| D7.1.4   | Outras                                   |                              | 127 000,00          | 127 000,00          |
| D8       | Outras despesas de capital               |                              | 800 000,00          | 800 000,00          |
|          | Total Capital                            | 0,00                         | 2 051 530,00        | 2 051 530,00        |
|          | <b>DESPESA EFETIVA [4]</b>               | <b>0,00</b>                  | <b>5 106 082,00</b> | <b>5 106 082,00</b> |
|          | <b>DESPESA NÃO EFETIVA [5]</b>           | <b>0,00</b>                  | <b>1 319 898,00</b> | <b>1 319 898,00</b> |
| D9       | Despesas com ativos financeiros          |                              | 0,00                | 0,00                |
| D10      | Despesa com passivos financeiros         |                              | 1 319 898,00        | 1 319 898,00        |
|          | <b>DESPESA TOTAL [6]=[4]+[5]</b>         | <b>0,00</b>                  | <b>6 425 980,00</b> | <b>6 425 980,00</b> |